





- [Início](#)
- [Onde](#)
- [Programação](#)
- [Projeto Laboratórios](#)
- [Sobre](#)

« [GT de Arte Digital do CNPC participa do debate sobre inovação](#) »

Sergio Mamberti apresenta a política de cultura digital do MinC



Registro da fala do Secretário de Políticas Culturais do MinC, Sergio Mamberti, apresentando para a plenária do evento 'Arte em Rede' as ações e iniciativas, realizadas e previstas, no âmbito das políticas que envolvem o setor de Cultura Digital:

“No curso da primeira gestão do Presidente Lula, a atuação altamente mobilizadora do ministro Gilberto Gil à frente do MinC fez com que ainda em 2004, o termo ‘cultura digital’ passasse a integrar a estratégia de ampliação do conceito de cultura em suas 3 dimensões: a dimensão simbólica, cultura como direito de cidadania, e cultura como desenvolvimento. Desde os primeiros editais para jogos eletrônicos com base em temáticas nacionais, bem como no processo colaborativo de formulação do programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, e na utilização intensiva da interatividade digital na interlocução com a sociedade civil através de blogs, fóruns e redes sociais, o MinC foi se atualizando, e se articulando com os atores sociais por influência direta da dinâmica aberta das redes, tanto no plano nacional como internacional.

Um elemento fundamental para viabilizar as iniciativas de cultura digital no âmbito do MinC foi sem dúvida a parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Juntamente com os ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, o MinC hoje faz parte do consórcio interministerial que promove as ações de prospecção e implementação em redes avançadas realizadas pela RNP. O princípio que orienta a cooperação é a sintonia fina entre o aporte de tecnologia de ponta, e os estudos e pesquisas que irão viabilizar o bom uso das novas potencialidades digitais pelo setor da cultura. O que presenciamos hoje aqui é mais uma etapa deste diálogo entre arte e técnica, que para nós adquire este formato que denominamos cultura digital.

Em 2009, na gestão do Min. Juca Ferreira, um setor de Cultura Digital começou a funcionar no âmbito da Secretaria de Políticas Culturais, ainda de maneira informal. Com o apoio da RNP, esta equipe reunida na SPC concebeu e implementou a rede social CulturaDigital.BR, primeira iniciativa do gênero promovida por um governo. O objetivo principal era criar uma plataforma para construir as diretrizes para as políticas e ações de cultura digital de forma aberta e colaborativa, buscando atrair para o processo os setores da sociedade diretamente envolvidos com as repercussões da tecnologia digital e da rede mundial de computadores. O movimento ganhou enorme apoio na sociedade, que se reflete hoje na realização absolutamente autônoma do Festival CulturaDigital.BR, que começa amanhã aqui mesmo no MAM e promete ser um grande evento.

No âmbito desta articulação proposta pela rede CulturaDigital.BR, foram promovidos debates para a formulação de uma política integrada de digitalização e disponibilização de acervos para as instituições culturais. O objetivo foi articular os diversos atores, das diferentes camadas que compõem o setor, para refletir conjuntamente sobre as possibilidades da rede em prover acesso qualificado a estas coleções. Pensar estrategicamente a dimensão do software, para então definir elementos de hardware, formulando arranjos de governança compatíveis com a sociedade em rede.

Em 2011, a gestão da Min. Ana de Hollanda instituiu a Coordenação de Cultura Digital, finalmente incorporada à estrutura formal do ministério, na Secretaria de Políticas Culturais hoje sob minha responsabilidade. Sua principal tarefa: implementar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – o SNIIC, uma plataforma de dados dinâmica e viva, contribuindo de forma inovadora para a produção, gestão e difusão da diversidade cultural brasileira.

Pela primeira vez, o Ministério da Cultura assume o desafio de internalizar os arranjos inovadores desenvolvidos com base no acúmulo da reflexão em torno do que chamamos hoje cultura digital, que deixa assim de ser um mero projeto, e passa a constituir-se em política pública, incorporando

atenção redobrada na consequência e sustentabilidade de suas formulações e iniciativas. O grande desafio, entretanto, é mobilizarmos os recursos necessários para a concretização desta nova forma de pensar a tecnologia digital e a internet no governo Dilma Roussef: o desenvolvimento de uma plataforma de dados em sintonia com princípios do software livre e dos padrões abertos interoperáveis. E neste contexto, a parceria com a RNP alcança importância estratégica.

O SNIIC, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, de criação obrigatória por lei, em sua concepção original prevê o suporte à implementação do Plano Nacional de Cultura, contemplando o monitoramento, avaliação e produção de indicadores para as ações públicas de cultura até 2020. Em sua nova concepção, fundamentada nas premissas da cultura digital, torna-se um banco de dados público sobre bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, e transparência entre outros, que deverá estar disponível para toda a sociedade. Uma configuração ampla que promove a transformação do SNIIC na plataforma Cultura.BR.

O novo conceito que orienta a implementação da plataforma introduz uma importante novidade: a participação direta dos usuários interessados, seja na complementação dos dados apresentados no sistema pela dimensão pública, seja na participação direta na formulação e monitoramento dos projetos e políticas culturais, o que estamos chamando de governança colaborativa. Cabe ao Ministério da Cultura coordenar um processo de estruturação para os sistemas de dados locais, integrando a formulação colaborativa dos Planos de Cultura estaduais e municipais, como também suas bases de informações culturais, desde uma rede nacional.

Neste sentido, a convenção sobre informação digital que deverá se realizar no âmbito da UNESCO em 2012 vem confirmar a importância estratégica das medidas que estamos tomando a partir das oportunidades que a formatação em rede implicará. O SNIIC / Cultura.BR será uma interface dinâmica e viva, em condições de contribuir para a produção, gestão e difusão da produção artística e da diversidade cultural brasileira. Dentro das novas estruturas de governança, o SNIIC será, também, um instrumento de transparência dos investimentos públicos no setor cultural, servindo como ferramenta de monitoramento e avaliação para os gestores e para toda a sociedade. O desafio é criar um ambiente que promova a participação qualificada do cidadão interessado, com ferramentas que facilitem a articulação entre os pares no processo colaborativo.

Para que possamos responder às demandas que o conceito de implementação do SNIIC irá provocar, é fundamental que pensemos de forma inovadora a complexa questão do gerenciamento da identidade no ambiente digital. No campo da economia criativa em meio digital, onde a ampla circulação de conteúdos autorais e os modelos de colaboração típicos da rede tornam-se elementos estruturantes para os novos arranjos políticos e econômicos, cabe ao Estado refletir sobre os espaços de atuação no meio digital nos quais seu papel qualificado configura-se como estratégico e determinante.

Também no campo dos índices de conteúdos da rede, a implementação do SNIIC à partir da reflexão da cultura digital ilumina novos espaços de atuação do Estado nas questões relevantes da rede. Neste momento em que definimos uma arquitetura de informação para a cultura brasileira, e podemos desenvolver um arranjo de metadados pronto à responder às demandas de organização de dados típicas dos sistemas distribuídos e da emergente web semântica, estamos em condições de desenvolver uma camada de índices para responder às novas aplicações para a promoção do acesso à diversidade cultural brasileira. Tais funções podem, à partir da implementação do SNIIC, ser configuradas em sintonia com o interesse público.

É importante sublinhar que, estas novidades inseridas na concepção do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, são resultado direto da maturação de reflexões no campo da cultura digital, à partir da ampla contribuição da sociedade civil nesta construção. Trata-se do legado da atuação efetiva das gestões anteriores no tema, agora aplicado diretamente na implementação de um sistema estruturante para todo o espectro de influência da cultura.

Nos próximos dias 5 e 6 de dezembro, após o Festival CulturaDigital.BR, o MinC estará recebendo representantes de todos os sistemas nacionais de informação cultural do continente sul americano para a reunião anual do SICSUR — Sistema de Informações Culturais do Mercosul, que se dará no hotel Golden Tulip Regente em Copacabana. O encontro será o momento de apresentarmos o projeto brasileiro do SNIIC, e uma excepcional oportunidade para demonstrarmos a vitalidade que os movimentos do campo da cultura digital tem trazido para a renovação dos princípios que orientam a implementação dos sistemas públicos de informação. Esperamos que a aposta brasileira na utilização de software livre e de padrões abertos, além da ênfase na participação ativa dos cidadãos na qualificação dos dados, como também das políticas públicas que poderão emergir neste ambiente de transparência e colaboração, possa criar sinergias que resultem em novas estratégias de integração continental por intermédio de plataformas digitais públicas.

Cultura Digital e Direitos Autorais

Em outra dimensão, gostaríamos de anunciar nesse momento uma novidade importante introduzida pela Ministra Ana de Hollanda na tramitação da proposta da nova lei para o marco regulatório do direito autoral, que em breve deverá ser encaminhada para apreciação pelo congresso nacional. Trata-se da proposta do registro unificado de obras, tendo como principal objetivo a sistematização de todo um conjunto de informações referenciais sobre o que se cria no país reunido em uma única plataforma pública. Segundo a proposta, essa plataforma será disponibilizada pelo Ministério da Cultura do Brasil em âmbito nacional, tendo como perspectiva de médio e longo prazo dialogar com outras plataformas de igual propósito.

Com a introdução do registro unificado de obras, surge a oportunidade de se implementar uma licença pública, contemplando as especificidades da circulação em meio digital, a ser definida pelo próprio autor no ato de registro de sua obra. Tal licença deverá ser construída de forma a permitir ao detentor dos direitos da obra definir o grau de proteção, e / ou de incentivo à circulação, conforme sua disposição pessoal. Um vez implementada, a plataforma de registro unificado com licença pública poderá prover a necessária segurança jurídica aos autores interessados em explorar arranjos diferenciados de proteção autoral. Teremos portanto, condições de gerar os indicadores necessários à avaliação de desempenho destes novos modelos, provendo de informações valiosas os futuros empreendimentos em circulação de conteúdos no meio digital.

Como a implementação do SNIIC já irá contemplar a infra-estrutura para gerenciamento de identidade, metadados, cadastro e organização de índices, podemos dizer que em tese o registro unificado de obras intelectuais, acoplado a uma licença pública definida pelo autor, pode surgir a partir da mesma plataforma, o SNIIC. Este desenvolvimento integrado apresenta oportunidades interessantes para o fomento à inovação em software, elemento fundamental para o sucesso de um projeto com tal envergadura. Aqui mais uma vez, esperamos poder contar com o apoio precioso da RNP na articulação das diferentes fontes de inovação situadas na academia, com as quais nossos parceiros já trabalham em perfeita sintonia, e também na atração de expertises específicas que se encontram distribuídas na rede.

No âmbito do termo de cooperação em curso com a RNP, estamos acompanhando também a implementação de 2 projetos que reúnem o atendimento às demandas de infra-estrutura para a exploração de usos culturais em redes avançadas, bem como experimentos sobre as novas dimensões de produção e distribuição de conteúdos em meio digital. Estes projetos surgem à partir da conexão das unidades do MinC às Redes Comunitárias Metropolitanas, que atenderão em sua primeira etapa onze instituições culturais vinculadas ao MinC no Rio de Janeiro e em São Paulo, que vocês poderão conhecer com mais detalhes durante este encontro.

Gostaríamos de informar ainda que durante o ano de 2011 estivemos em processo de intensa elaboração interna, a partir de uma reflexão sobre as conquistas realizadas e os patamares alcançados nestes últimos anos, com vistas à construção efetiva de uma política pública para a cultura digital. Participamos recentemente da Reunião dos ministros de Cultura do G20 no Fórum D'Avignon, onde apresentamos nossas propostas e a nossa contribuição, bem como no evento de lançamento da Revista Enlace Cultural, em Buenos Aires, onde foi articulada a realização deste encontro que se dará nos dias 5 e 6 aqui no Rio de Janeiro.

“Desafios da Arte em Rede” é mais uma realização da parceria MinC/RNP, que contempla a dimensão do diálogo aberto sobre as possibilidades que a interação entre as redes computacionais avançadas e a criação artística portam para a inovação organizacional, de processos e / ou produtos. Trata-se do permanente exercício de ativar a transdisciplinariedade entres os temas que atravessam a arte e a tecnologia, promovendo encontros presenciais onde estes mundos, que tendem a estar isolados, possam conversar livre e abertamente.”

Deixe uma resposta

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Mensagem: *

Você pode usar estas tags e atributos de HTML: <abbr title=""> <acronym title=""> <blockquote cite=""> <cite> <code> <del datetime=""> <i> <q cite=""> <s> <strike>

Nome: *

Email: *

Website:



CAPTCHA Code *

Ao Vivo

Acompanhe [aqui](#) o streaming do evento

Arquivos

- [dezembro 2011](#)
- [novembro 2011](#)



Produção



Parceria



Apoio Institucional



FOMENTO À CULTURA
Fundo de Cultura



SECRETARIA DA FAZENDA
SECRETARIA DE CULTURA

Realização



funarte
Ministério da
Cultura



Direitos Autorais

Exceto quando disposto em contrário, o conteúdo deste site é licenciado sob [Licença Creative Commons](#).

Licença Creative Commons BY-NC-ND

- [Voltar ao topo](#)

Powered by [WordPress](#) and the [Graphene Theme](#).